

O Novembro Negro da comunidade quilombola da Lagoa Grande, Feira de Santana-BA: pensando o encontro entre a universidade e outros modos de conhecer

Flávia Almeida Pita¹

Resumo

O texto apresenta a participação da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (programa de extensão e pesquisa) no processo de construção e realização das festividades do Novembro Negro, evento promovido pela Comunidade Quilombola da Lagoa Grande, situada na zona rural do município de Feira de Santana, Bahia. Reflete-se, a partir desta experiência, sobre os desafios das metodologias participantes, do encontro entre a Universidade e as classes populares e entre os seus diferentes saberes, sobre o papel do encontro festivo e da arte na construção da identidade comunitária. A partir de aspectos da trajetória de encontros entre a Comunidade de Lagoa Grande e a Universidade e de considerações sobre a própria experiência pessoal da autora, abrem-se perspectivas de questionamento e reflexão sobre o papel, os limites, os desafios para a produção do conhecimento científico em diálogo com aqueles e aquelas que vivenciam a exclusão baseada na cor da pele e no desigual acesso ao trabalho e à educação formal.

Palavras-chave

Conhecimento Popular. Conhecimento Científico. Pesquisa Participante. Comunidade Quilombola.

¹ Doutoranda em Sociologia e Direito na Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil; professora assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Brasil; integrante da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária (IEPS/UEFS) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local Solidário (GEPOSDEL/UEFS); Procuradora do Estado da Bahia, Brasil. E-mail: fa-pita@uol.com.br.

The Black November of the quilombola community of Lagoa Grande, Feira de Santana, State of Bahia: thinking the encounter between the university and other ways to know

Flávia Almeida Pita²

Abstract

The text presents the participation of the Incubator of Popular and Solidarity Economy Initiatives of the Feira de Santana State University (extension and research program) in the process of construction and realization of the festivities of Black November, event promoted by the Quilombola Community of Lagoa Grande, located in the rural area of the municipality of Feira de Santana, State of Bahia, Brazil. From this experience, we reflect on the challenges of the participant methodologies, the encounter between the University and the popular classes and their different knowledge, about the role of the festive encounter and art in the construction of community identity. Based on aspects of the trajectory of meetings between the community of Lagoa Grande and the University and on considerations about the author's own personal experience, perspectives of questioning and reflection are presented about the role, limits, challenges for the production of scientific knowledge in dialogue with those who experience exclusion based on skin color and unequal access to work and formal education.

Keywords

Popular Knowledge. Scientific Knowledge. Participant Research. Community Quilombola.

² PhD student in Sociology and Law, Fluminense Federal University, Rio de Janeiro, Brazil; assistant professor at Feira de Santana State University, State of Bahia, Brazil; member of the Popular and Solidarity Economy Initiatives Incubator (IEPS/UEFS) and the Study and Research Group on Popular and Solidarity Economy and Solidary Local Development (GEPOSDEL/UEFS); State Attorney of Bahia, Brazil. E-mail: fa-pita@uol.com.br.

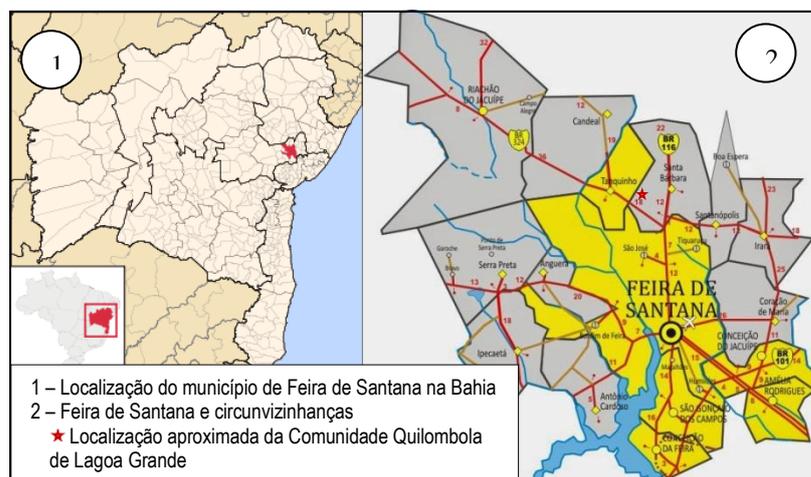
Introdução

Como se encontram os caminhos da comunidade quilombola de Lagoa Grande e a Universidade

Este texto foi motivado pela experiência de vivenciar o processo de preparação e realização da 6ª edição do Novembro Negro da Comunidade Quilombola de Lagoa Grande, enquanto pesquisadora e extensionista da equipe da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana (IEPS-UEFS). A intenção, no entanto, é, a partir dela, relacionar diversos outros elementos que explicam a nossa presença na Comunidade, refletindo o desafio do diálogo e da troca entre o saber popular e o que se produz na academia, a partir da extensão e pesquisa universitárias.

A Comunidade Quilombola de Lagoa Grande³ está localizada no Distrito de Maria Quitéria, zona rural de Feira de Santana, Bahia. Tem sua história ligada à Lagoa que lhe dá nome, que, já em fins do século XIX, serviu de atração a pessoas que conseguiram se desvencilhar da escravização. A Lagoa tornava possível a convivência com o clima semiárido da região, proporcionando alimento, espaço para trabalho e diversão, a preciosa água para consumo, banho, irrigação, lazer seguro. Relatos de moradores lembram a grande extensão que tinha a Lagoa e sua importância para a vida de todos.

Figura 1 – Localização da Comunidade Quilombola da Lagoa Grande



Fonte: Adaptado pela autora de mapasblog.blogspot.com e pt.wikipedia.org (2019).

³ Foi a primeira a obter da Fundação Palmares o reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo no município de Feira de Santana. Segundo dados do IBGE de 2010, a Comunidade conta com 12.077 habitantes.

A partir da década de 1960, no entanto, a Lagoa Grande foi objeto de agressões derivadas da comercialização e do uso privatizado das terras circunvizinhas e também de intervenções do poder público, que deram início ao processo de sua morte. Desmatando-se as margens para a construção de “praias”, sob o discurso do “desenvolvimento” e atração de pessoas de fora, e com a construção de açudes pelos novos proprietários que chegavam, pouco a pouco a erosão e o represamento foram fazendo minguar a água da Lagoa, que foi se tornando incapaz de proporcionar o que marcou o seu papel para a Comunidade.⁴

Por outro lado, foi a destruição da Lagoa um elemento importante para as lutas, que, mais recentemente, tornaram possível o autorreconhecimento da Comunidade a partir de sua ancestralidade e história. A Comunidade é sede da segunda mais antiga associação comunitária do Município, fundada na década de 1970: Associação Comunitária de Maria Quitéria (ACOMAQ). Essa Associação contribuiu para a organização política da Comunidade em diversas ações ao longo dos tempos, destacando-se as que redundaram na titulação como comunidade remanescente de quilombo.

A aproximação da IEPS-UEFS com a Comunidade Quilombola de Lagoa Grande foi se construindo paulatinamente⁵, a partir de contatos pontuais de integrantes da equipe com lideranças ou trabalhadores/as da região. Em 2013 a IEPS iniciou os projetos “Cantinas Solidárias”, em que se desenvolve a incubação⁶ de iniciativas produtivas a partir dos princípios da Economia Solidária em duas cantinas da Universidade, transformadas em

⁴ Sugere-se o documentário *Guardiões da Lagoa*, dirigido por Adriana Pedreira de Souza, e realizado pela equipe do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) – Interdisciplinar da UEFS a partir de projeto desenvolvido em escolas da Comunidade da Lagoa Grande, e com o apoio da TV Olhos D’Água, da UEFS. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=D2gnLeoqmag>.

⁵ A história da relação entre a UEFS e a realidade da Comunidade já é antiga. A formalização inicial da Associação na década de 1970 teve a contribuição fundamental do Movimento de Organização Comunitária (MOC), especialmente na figura de um dos seus fundadores, o professor e ex-padre Antônio Albertino Carneiro. A história do MOC, por sua vez, entrelaça-se com a da UEFS, por meio de muitos nomes que igualmente exerceram ou exercem a função de professores na Universidade (a exemplo do próprio Prof. Albertino, dos professores Naidson Baptista, José Jerônimo e Ildes Ferreira). A proximidade física da Comunidade Lagoa Grande do campus da UEFS (afastados por apenas 12 km) pode explicar também o envolvimento de professores e estudantes em atividades de extensão e pesquisa no local. José Cassiano Pereira, uma das importantes lideranças da Comunidade, e José Carlos Santos de Almeida, atual presidente da ACOMAQ, em diálogos durante as atividades de preparação da 6ª edição do Novembro Negro, insistiam em expressar o seu sentimento de parceria constante da Universidade com a Comunidade – “lá somos sempre bem recebidos”. Registre-se, ainda, a existência de vários graduandos da Comunidade nos cursos da UEFS, especialmente em razão da política afirmativa de reserva de vagas para quilombolas. Destacamos, por fim, o belo trabalho realizado no bojo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) – Interdisciplinar, o documentário *Guardiões da Galáxia* descrito acima.

⁶ Em sua “Carta de Princípios”, a IEPS define incubação como “processo político, prático-educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos envolvidos no processo econômico popular e solidário”. Adotam-se “os fundamentos da economia popular e solidária possibilitando a integração solidária dos sujeitos, colocando como valores principais o trabalho coletivo, o conhecimento e o atendimento às necessidades sociais da população” (IEPS-UEFS, 2011).

espaços pedagógicos da Incubadora. No final de 2015, na terceira versão do projeto, foi selecionado o grupo Sabores do Quilombo, formado por trabalhadoras da Lagoa Grande. Desde então, o grupo produtivo, formado por 12 mulheres, produz e comercializa lanches na cantina do módulo I da UEFS, participando do processo de incubação com a IEPS.

Sendo o projeto desenvolvido sob a metodologia da pesquisa participante (BRANDÃO, 1984), planejamento, ação e reflexão repetem-se continuamente e são compartilhados com as trabalhadoras. Nessa perspectiva, têm sido demandadas ações voltadas para a Comunidade na qual vive o grupo, do que é exemplo, justamente, a participação da Incubadora, a convite da ACOMAQ, dos preparativos das comemorações do Novembro Negro.

É sobre essa experiência que este texto se debruça, em especial, para tecer, a partir do concreto, algumas reflexões sobre os desafios que enfrentam a extensão e a pesquisa universitária no diálogo entre os diferentes tipos de saberes e na articulação das lutas populares por outras formas de viver e trabalhar.

A construção coletiva do Novembro Negro

A Incubadora recebeu, formalmente, no início de outubro de 2018, convite para participar dos preparativos para as comemorações do Novembro Negro, que começariam com uma reunião a se realizar no dia 19 de outubro.

As atividades da ACOMAQ acontecem, via de regra, na escola municipal Vasco da Gama (ensino fundamental I), que funciona em terreno de propriedade da Associação. No mesmo imóvel está sendo construído, com recursos federais, um prédio apropriado, que ampliará a escola. As obras estão paradas, por problemas de sua execução pelo Poder Público Municipal, e esta é uma questão que atualmente mobiliza esforços da ACOMAQ. Ficou clara, nos encaminhamentos das reuniões e nas conversas compartilhadas, a importância que assume a Escola Quilombola para a consolidação da consciência identitária, ainda por reforçar na Comunidade, especialmente pela dificuldade em ser transformada em palavras, compreendida, transmitida pelas pessoas.

As atividades iniciaram-se com a apresentação geral das 15 pessoas presentes: membros da diretoria da associação, associados/as, representantes da UEFS, do Instituto Federal da Bahia, do poder público municipal, a diretora da escola Vasco da Gama. Neste momento, algo me

chamou atenção: as pessoas esmeraram-se em detalhar seus currículos acadêmicos, informando graduações e pós-graduações realizadas. Imaginei, logo de início, que aquele detalhe era estimulado pela nossa presença, o “pessoal da universidade”. A sensação era de certa forma desconfortável, e tentei ser bem sucinta na minha apresentação (o que vi acontecer também no caso dos colegas do IFBA e da UEFS). Apesar de já conhecer a comunidade e muitas pessoas de lá, com quem já tenho intimidade e afeto, naquele ambiente eu não contava com muitos rostos familiares.

É sempre muito delicada a nossa inserção, como “gente da universidade” em ambientes como esses. No meu caso, além de professora, sou “advogada”, informação que sempre importa numa barreira cuja dissolução é difícil e delicada. O termo “professora” ou “doutora”, se as profissões são conhecidas de antemão, logo “grudam” nos nossos nomes, e tomam o jeito de “muro”. Do outro lado dele – com toda razão – a desconfiança, a cautela, certa reprovação prévia, muito velada, que qualquer um desenvolve em situações em que se presume uma desvantagem na correlação de poder. O “doutor” chega aos meus ouvidos sempre com um silvo de ironia, um “pé atrás” que estabelece os limites do encontro. “Doutor”, “patrão”, “chefe”, seja lá o título que, nas entrelinhas, deixa claro: você pensa que manda, mas eu escolho obedecer, ou não. “Quando o senhor passa, o camponês sábio faz uma reverência profunda e solta um peido silencioso”: provérbio etíope resgatado por John Holloway, em sua busca por “fissuras no capitalismo” (2013) me remete à mesma ideia. Holloway (2013, p. 232) então completa:

Aos olhos, aos ouvidos e ao olfato do senhor, o peido do camponês é completamente imperceptível. Para o próprio camponês, para os outros camponeses e para os que começam a partir do antagonismo do camponês contra o senhor, o peido é, no entanto, demasiado evidente. É parte do mundo oculto da insubordinação: oculto, em compensação, só aos que exercem o poder e aos que, por treinamento ou por conveniência, aceitam os sinais luminosos do poder.

Por outro lado, para os que estão supostamente em vantagem é inevitável uma certa tendência para “se espalhar” no espaço com mais segurança, confiar na pertinência da sua fala, ouvir com menos atenção. A difícil dança coletiva da comunicação se dá em suas várias nuances, muito além das palavras. Assim, por um lado, por exemplo, o esmero na apresentação, salientando seus títulos e conhecimento, colocando-se em palavras mais escolhidas. Por outro, como ficaria claro no decorrer a reunião, o monopólio da fala pelos “de fora”, às vezes de maneira presunçosa, às vezes com excesso de cuidado na explicação que subestima a capacidade de compreensão do outro.

A minha cor de pele comunica, ela própria, uma pré-compreensão para os outros acerca da minha presença. Apesar de sertaneja nordestina, o acaso genético numa família multicolor me fez nascer branca, sardenta, olhos claros – sempre confundida com uma “paulista”, a minha mera apresentação física me denuncia como “de fora” nos ambientes em que atuo como pesquisadora e extensionista. Fico sempre a imaginar que a primeira (e legítima) reação do interlocutor é “o que ela está querendo aqui?”⁷. Mesmo vestindo-me de modo mais simples e tendo cuidado consciente de fazer escolhas mais informais, elas não parecem ser suficientes para inviabilizar as diferenças que marcam a apresentação de meu corpo num ambiente como aquele. Por outro lado, remanesce o temor de minhas escolhas serem confundidas com desleixo ou descaso. É inevitável, ainda, que a pré-compreensão que precede minha fala, antes mesmo que ela faça qualquer sentido, derive das palavras que utilizo, dos meus plurais, do jeito que arrumo as palavras na frase. O carro que dirijo também me denuncia: somos de mundos diferentes. E o mundo a que pertença é ameaçador para aquela Comunidade, pois dela sempre sugou sua energia, explorando a força vital daquelas pessoas e de seus antepassados, desdenha de sua cor e de seu cabelo, não tem ouvidos para sua sabedoria, insiste em se fechar negando àquelas pessoas acesso à educação letrada, produzida dentro dos padrões da racionalidade científica, negando-lhes o que no inconsciente de todos (no meu e no deles) traduz o nosso sentido de “desenvolvimento”, “cultura”, “civilização”.

Sempre fica para mim a sensação de desconforto nessas situações, que sinto paralelo ao desconforto dos meus interlocutores. Lidar com ele e superá-lo, na medida do possível, me parece ser um desafio para o diálogo compreensível e construtor, tão necessário entre esses dois mundos, entre essas duas “redes de sentido” (SOMBRA, 2015) a se entrelaçar.

Em seguida, após as boas-vindas da Associação, a reunião foi conduzida a partir de uma programação previamente elaborada, que seria lida e discutida por todos. O tema geral escolhido para a 6ª edição do evento foi “Construindo saberes, fazeres e dizeres: educação escolar quilombola para além da escola”. A programação proposta foi distribuída em algumas vias para que acompanhássemos as discussões, e começava com a descrição dos objetivos do evento, entre os quais destaco “problematizar a luta pela Educação Escolar Quilombola, valorizando os conhecimentos religiosos, culturais, artísticos, políticos, econômicos, ambientais e educacionais das Comunidades Quilombolas de Feira de Santana”, “Incentivar as trocas de experiências entre saberes e fazeres acadêmicos e comunitários dos grupos

⁷ Esta é uma bela pergunta, que por si valeria um novo texto. Penso que refletir sobre ela seja parte importante de uma aproximação mais qualificada entre o saber que represento e o que eu procuro.

produtivos das Comunidades Tradicionais” e “viver um espaço de cultura, arte e lazer na comunidade”.

Chamou-me atenção a similitude com a praxe acadêmica de elaboração de projetos. Uma associada, integrante da Diretoria, fez a leitura da programação a partir daí, reforçando no início a proposta de fazer do Novembro Negro de 2018 um momento de discussão sobre a “nova” Escola, como espaço importante para a consolidação da identidade quilombola. Em algum momento da reunião registrei: “a certificação veio de cima e caiu na nossa cabeça”. É constante a percepção, seja nas reuniões de preparação, seja no evento em si, e mesmo nos contatos anteriores com pessoas da comunidade ligadas mais diretamente à Associação, a importância que assume trazer as pessoas para perto das lutas, da Associação, assegurar a compreensão e o reconhecimento de todos acerca de sua ancestralidade, a construção autônoma do sentido das palavras quilombo e quilombola e, conseqüentemente, um envolvimento mais efetivo (sobretudo dos mais jovens) nas batalhas travadas para a concretização de direitos da Comunidade.

O evento aconteceria na tarde de uma sexta e por todo o sábado seguinte (23 e 24 de novembro). No primeiro dia, estavam previstas apresentações artísticas preparadas pelas escolas da comunidade e da Quixabeira da Matinha, importante grupo de samba de roda da região. Chamava-se atenção apenas para as incertezas quanto à vinda da Quixabeira da Matinha, na dependência de recursos do Município (antecipo que a vinda não se concretizou). Isto oportuniza ressaltar, em vários momentos ao longo do processo, a falta de apoio dos poderes públicos para com a Comunidade, as dificuldades de acesso aos órgãos, de diálogo, o sentimento de descrédito⁸. Chamo atenção também para mais elementos típicos de atividades “acadêmicas”: “credenciamento”, “mesa institucional”, o uso do “hino”, além da sucessão de horários rígidos para as diversas atividades (características que se repetirão na segunda parte da programação).

No dia 24, a programação também contava com programação variada, que aconteceria

⁸ Na manhã do segundo dia do evento, por exemplo, conversava com uma senhora da Comunidade, enquanto apreciava os belos trabalhos que os alunos haviam produzido na preparação da festa, e ressaltava a dedicação e a competência da equipe da escola. Ela me dizia: “pois é... a prefeitura tá é reclamando do tamanho da escola que tão construindo...dizem prá que isso tudo?...como se a gente não valesse nada”. Em outro momento, membros da ACOMAQ relataram-me a grande preocupação com a não conclusão das obras da nova Escola, e as dificuldades para obter informações nos órgãos da prefeitura. “Sabe como é, a gente chega lá, desse jeito, e o povo nem dá importância, nem atendem”. Relatavam-me que estavam em busca de ajuda na UEFS, onde procuravam alguém do Curso de Engenharia Civil para acompanhá-los à Secretaria Municipal responsável pela obra, que lhes negava acesso às plantas baixas do prédio. Até o meu último contato, ainda não havia sido possível o acesso.

paralelamente a uma “Feira de Solidária e tradicional com os produtos alimentícios, culturais e artesanais da Comunidade” e a realização do que se chamou de “tendas”: espaços para exposição e atividades educativas e lúdicas (“pandeiro”, “trança e turbante”, “rezadeira e benzedeira”, “Sabores do Quilombo”, “ciranda infantil”, “nas mãos do pilão”, “chá das senhoras” e “produção agroecológica local”).

A programação iniciava-se no segundo dia com a participação do grupo que compartilha com a Incubadora da UEFS o processo de incubação (o “Sabores do Quilombo”, responsável pela produção do “Café com prosa”). Uma das “tendas” seria reservada para que elas relatassem suas experiências na Universidade. A participação do grupo com o café da manhã repetia experiência bem sucedida na 5ª edição do Evento⁹.

As discussões no restante da reunião concentraram-se em torno da atividade que ganhou o nome “Educação Escolar Quilombola e as perspectivas para o Projeto Político Pedagógico do ‘novo’ espaço da ‘nova’ Escola”.

Mais uma vez, apresentou-se para mim a sensação de que o modelo “acadêmico” destacava-se na formulação da proposta: os “grupos de discussão” são um formato muito comum em eventos acadêmicos. As diversas ponderações foram apresentadas especialmente pelos “de fora”, e podem ser sintetizadas pela seguinte questão: os temas excessivamente técnicos e os títulos dispostos em linguagem não coloquial¹⁰ provavelmente não seriam estimuladores para o debate, considerando que o objetivo do evento era o envolvimento da comunidade – especialmente pais e os próprios estudantes – nas questões em torno do projeto político-pedagógico da nova escola. Provavelmente as pessoas não se sentiriam à vontade para se manifestar. Colocou-se também que o número grande de grupos (seis) poderia dispersar as pessoas, se o público não fosse grande.

Fiz a proposta, já na reunião, de “traduzir” os temas propostos. E tentei exemplificar: no lugar de “O preconceito no cotidiano dos quilombolas” por que não algo assim como “qual o lugar do preconceito de cor na nossa vida e na nossa Escola?”. A proposta parece ter sido bem

⁹ A TV Olhos D’Água da UEFS produziu, em 2017, pequeno vídeo sobre a 5ª edição do Novembro Negro da Lagoa Grande. Nele é possível ouvir o presidente da ACOMAQ, Sr. José Carlos, salientando a importância do projeto. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZLa14NiS7cM>.

¹⁰ Eis os títulos originalmente propostos: “A intolerância religiosa”; “O preconceito no cotidiano dos quilombolas”; “Prática pedagógica e educação escolar quilombola no ensino das ciências”; “Etnopsicologia e a educação escolar quilombola”; “Prática pedagógica para o ensino da língua portuguesa nas séries iniciais”; “Educação escolar quilombola inclusiva” e “O lugar da educação do campo/agricultura na educação escolar quilombola”.

aceita pelas pessoas presentes, especialmente pelos associados sem formação acadêmica. Todos balançaram a cabeça enquanto falávamos e, ao final, uma das associadas manifestou-se expressamente: “eu gostei do que ela ali falou”. Ela fez aquela colocação numa frase rápida, meio desconfiada, como quem corre para aproveitar uma brecha, uma chance para fazer algo que os outros desaprovam. Ficava aparente ali, para mim, certa tensão que parece existir a partir das pessoas “estudadas” da Comunidade. O conhecimento obtido dos “de fora” parece estabelecer sutis e complexas relações de poder internas à Comunidade.

A reunião terminou com a decisão sobre a data de sua continuação e com o nosso compromisso de rascunhar a proposta de novos “títulos” para os grupos como sugestão.

Voltei naquele dia para Feira de Santana na companhia de dois colegas do IFBA e dividimos nossa impressão da reunião. Aos três chamou atenção o fato de as apresentações terem sido cuidadosamente precedidas de títulos acadêmicos. Falamos sobre o desconforto a que mencionei anteriormente. Preocupamo-nos por termos tomado tempo demais de fala. Observamos, como imaginários observadores neutros, a arrogância dos “de fora” e a presunção que deriva do nosso olhar “crítico”, do que supomos saber “além”.

Após a reunião enviei por correio eletrônico para a Associação as propostas para os novos títulos e algumas outras ponderações pontuais. Quanto aos polêmicos “grupos de discussão”, sugeri os seguintes títulos: Ser Quilombola: o que tem isso a ver com pensar a nossa nova Escola?; A nossa nova Escola e a religião: como falar de intolerância religiosa?; Qual o lugar do preconceito de cor na nossa vida e na nossa Escola?; Que tipo de conhecimentos uma Escola Quilombola precisa?; Como trazer a Escola pra perto da vida da gente?; Política é assunto pra Escola: como é que a gente se organiza para lutar por nossos direitos?; Como trazer pra Escola o jeito que a gente vive e trabalha no campo?

No dia 9 de novembro aconteceu, então, a segunda reunião, com um grupo ligeiramente menor (12 pessoas). Nela foi feita uma releitura da programação, com a realização de alguns ajustes e, mais uma vez, o tempo maior foi tomado pelo formato dos “grupos de discussão” da atividade prevista para a tarde do dia 24. Renovaram-se as ponderações quanto ao número grande de grupos de discussão (que poderia resultar em grupos muito pequenos e dispersos, caso não houvesse um público numeroso), a necessidade de que a coordenação fosse feita por pessoas da Comunidade (ao que se esclareceu que essa era justamente a proposta), o problema do tempo previsto (que se demonstrava talvez muito curto). Uma das associadas (dentre as

que não contam com educação formal completa) ponderou: “por que não faz uma dramatização”?

A diretora explicou também que a escola participaria com atividades resultantes do projeto que vinha sendo desenvolvido a partir de entrevistas feitas com pessoas importantes para a comunidade, os “Guardiões da Lagoa” e da ancestralidade quilombola. Confirmando a importância do evento, ela fez uma fala marcante. Contou que, estimuladas a fazerem desenhos das pessoas entrevistadas, as crianças relutavam em pintar as suas peles de negro. Uma criança havia lhe dito: “eu acho mais bonito quando eu arranho meu braço e fica branco”.

A programação da atividade mais polêmica, afinal, foi concluída. Foram acatados os novos “nomes” para os grupos de discussão, com pequenas modificações (destaco a importante inclusão, no grupo “3”, da discussão sobre a pessoa com deficiência). A metodologia também ficou mais clara, prevendo-se um momento de socialização das discussões.

As questões relacionadas à captação de recursos com o poder público municipal, a distribuição das tarefas de coordenação dos grupos, a preparação do local da festa e dos momentos de alimentação entre outras mais diretamente ligadas à concretização material do evento ficaram a cargo da ACOMAQ.

E o Novembro Negro acontece

O Novembro Negro teve lugar no mesmo terreno da ACOMAQ, junto à escola. Estavam instalados um palco e um toldo grande, enfeitados lindamente com chitão, plantas e as obras de arte das crianças, resultantes do já mencionado projeto desenvolvido pela escola no período que antecedeu a festividade. Os textos resultantes das entrevistas estavam expostos em uma das paredes, com suas fotografias. A partir das histórias, as crianças de todas as classes fizeram arte: telhas pintadas com a foto de Cassiano, pequenos quadros com D. Maria Parteira e seus bebês, D. Tonha preparando a farinha, Seu Ilário e seu violão, Abayomis¹¹ e outros elementos vinculados a histórias e elementos da cultura afro-brasileira.

¹¹ Ao lado das pequenas bonequinhas pretas, um cartaz dizia: “Para acalantar seus filhos durante as terríveis viagens a bordo dos tumbeiros – navio de pequeno porte que realizava o transporte de escravos entre África e Brasil – as mães africanas rasgavam retalhos de suas saias e a partir deles criavam pequenas bonecas, feitas de tranças ou nós, que serviam como amuleto de proteção. As bonecas, símbolo de resistência, ficaram conhecidas como Abayomi, termo que significa ‘Encontro precioso’”.

O espaço impressionou-me pela beleza. As paredes frontais de um dos prédios da escola traziam grandes painéis, com baobás estilizados e textos ressaltando sua origem africana. No outro prédio da escola, as varandas foram utilizadas para as “tendas” previstas na programação (a proposta original, divulgada nas reuniões de preparação do evento, era a construção, pela Comunidade, de tendas com palhas de pindoba; a ideia, no entanto, não vingou). Encontrei por lá D. Silveria, uma das “guardiãs da lagoa” e fundadora da ACOMAQ, arrumando a tenda do “Chá das Senhoras”. Organizava, no chão, as mudas das plantas medicinais, enfeitava o espaço e contava um pouco sobre algumas plantas e o poder de seus chás. As integrantes do “Sabores do Quilombo” também organizavam a sua tenda, com fotos de momentos de seu trabalho e atividades na UEFS e com a Incubadora.

Na parte descoberta, montaram-se barracas plásticas (cedidas, de última hora, por um órgão público estadual), alternativa encontrada para as tendas de pindoba. Nelas, ao longo dos dois dias, comercializaram-se hortaliças, beiju, acarajé, biscoitos, bolos etc.

As atividades começaram com atraso e, por todo o evento, o “tempo do relógio”, rigidamente indicado na programação, foi desconsiderado. As coisas aconteciam no ritmo imposto pelos passos, pelas risadas, pelos muitos abraços e brincadeiras, pelos encontros animados dos parentes. Ritmo que me fez lembrar o quanto o domínio do tempo pelo relógio é parte central do avançar do domínio do capitalismo e de seu resultante modo de vida. O tempo metrificado, no qual predomina a demarcação entre o “trabalho” e a “vida”, foi substituindo o tempo do corpo, da vida, da natureza, o tempo “orientado pelas tarefas”, como diz Thompson em seu conhecido trabalho sobre o tema (1998). Analisando o longo processo de formação da base cultural que ampara o capitalismo, ele também diz como as “universidades do Ocidente estão hoje apinhadas de relojoeiros acadêmicos, ansiosos por patentear novas soluções” (THOMPSON, 1998, p. 303), lembrando que a disciplina para o “desenvolvimento” passa pela educação dos corpos ao tic-tac do relógio.

Thompson (1998, p. 31) coloca, no entanto, que

O que precisa ser dito não é que um modo de vida seja melhor do que o outro, mas que esse é um ponto de conflito de enorme alcance; que o registro histórico não acusa simplesmente uma mudança tecnológica neutra e inevitável, mas também a exploração e a resistência à exploração; e que os valores resistem a ser perdidos bem como a ser ganhos.

A partir de Thompson, John Holloway (2013) também lembra o quando o “tempo-relógio” é inseparável da história de domínio do trabalho abstrato, mas que ela se dá concomitantemente

à resistência, e esse domínio nunca foi completo. Holloway me fez pensar como o Novembro Negro, já na forma como o seu acontecer subverteu naturalmente a tentativa de aprisioná-lo ao tempo do relógio, representava uma das fissuras que ele tenta identificar, uma entre as pequenas revoluções silenciosas contra uma forma de vida que se quer ver absoluta, mas não é:

Tendemos a pensar na revolução em termos espaciais, como a captura e transformação de espaços, aqueles espaços entendidos na teoria tradicional como Estados. Talvez, em primeiro lugar, devêssemos pensar na revolução como captura e transformação do tempo. Devemos pensar não apenas em tomar um espaço (Estado, cidade ou centro social) e transformar as relações dentro dele, mas (ou também) tomar um tempo e transformar as relações dentro dele. Romper a duração significa ver cada momento como distinto, pleno de possibilidades: a realização dessas possibilidades pode significar levar cada momento para além de seus limites, para além de todos os limites, ao ponto onde ele verte o próprio tempo e se mescla com a eternidade. [...] O tempo tradicional vê cada momento em função de sua utilidade para construir um futuro. Atos de rebeldia são julgados a partir de sua contribuição para a construção de uma revolução duradoura. Mas se rompemos a duração e cada momento é distinto, então os atos de rebeldia não têm mais a necessidade de postar-se diante do tribunal do tempo instrumental. Cada momento é a sua própria justificação: cada momento de rebeldia permanece orgulhoso de sua própria dignidade. (HOLLOWAY, 2013, p. 228).

Não vi acontecer o “credenciamento” previsto no início da programação. Desde o início ele chamou a minha atenção, já que não entendi seu propósito. Penso que ele aparece como um dos vários elementos espelhados das práticas acadêmicas, que parecem ser utilizados para “legitimar” o evento, aos olhos dos “de fora”. Por um lado, eles remetem à valorização que a Comunidade cultiva pelos que conseguiram ultrapassar as barreiras impostas pela desigualdade e chegaram aos bancos das Universidades. As lutas esbarram sempre nos espaços institucionais, urbanos, em que uma linguagem e uma forma de acesso adquirida pelos que puderam passar pela formação escolar mais completa passa a ser muito importante. Por outro lado, fica evidente que o grupo dos que passaram pela educação universitária parece assumir dentro da Comunidade um lugar de protagonismo que não está isento de tensões, marcadas por admiração e também competição. A valorização dos formatos acadêmicos acaba assumindo, assim, um sentido bastante complexo e também contraditório, insubordinável a uma análise unidimensional. De todo modo, tal qual o tempo-do-relógio, o credenciamento parece ter sucumbido à vitalidade dos acontecimentos.

A “mesa institucional” foi montada com “autoridades” presentes – excetuando-se o Presidente da ACOMAQ, todos/as os/as demais externos/as à Comunidade (registro, por exemplo, a presença de um Secretário do executivo municipal de Feira de Santana, o Presidente do

Sindicato Rural da cidade e o coordenador da Incubadora da UEFS). Cada qual fez pequenas falas, cumprindo as formalidades de praxe. Destaco a corajosa fala do Presidente da ACOMAQ, que pontuou a falta de apoio municipal, a despeito da presença do Secretário. Parece ser sempre delicada a relação com o Estado, marcada por avanços e retiradas estratégicos, cuidado com as palavras, atenção para a manutenção de relações que são importantes para a solução dos problemas da Comunidade, para as lutas necessárias a arrancar do papel as promessas da lei, para os recursos necessários à realização de eventos como aquele.

Do ponto de vista espacial também aqui é perceptível a importação dos modelos “de fora”, legitimadores da importância daquele evento aos olhos não só dos “de fora”, mas também da própria Comunidade. O palco elevado, que faz as “autoridades” olharem todos “de cima”, contrasta, por exemplo, com a maior parte das apresentações musicais, que aconteceram com os músicos sentados na parte de baixo, em pé de igualdade com o público (à exceção da atração final, o Samba de Roda Quixabeira da Lagoa da Camisa).

Em todos os momentos observei as pessoas atentas, interessadas, participando do que se dizia, ou do que se cantava. As crianças, brincalhonas e livres, corriam, Muitos também perambulavam, organizando as “tendas”, fazendo-as acontecer, ao mesmo tempo em que ocorriam as atividades do palco principal.

A atividade pensada para o sábado à tarde, os “polêmicos” grupos de discussão para pensar a nova Escola Quilombola, acabou cumprindo de forma muito feliz o seu papel. Depois de alguma dúvida no momento de formação dos grupos, espalhados em diferentes locais do espaço, o número de grupo não constituiu mesmo um problema. Todos se formaram com gente suficiente e relataram discussões muito participativas (o nosso olhar “experimentado”, portanto, revelou-se equivocado).

No grupo que escolhi (em que se discutiu se “política é assunto para a Escola”) estavam um pouco mais de vinte pessoas. Reencontrei como coordenador um ex-aluno do curso de Direito da UEFS, que descobri ser da Comunidade. Ele começou pedindo a cada um que se apresentasse, contando algo marcante de sua vida escolar. Foi uma estratégia interessante, que soltou as pessoas para falarem, lembrando professores em comum, casos de parentes e conhecidos. Predominaram, no entanto, histórias tristes: a importância da merenda como motivadora da presença na escola e diversas situações em que a estratégia pedagógica passava

pela violência física – palmatórias, puxões de orelha, joelhos no milho; relatos acerca do racismo presente no ambiente escolar, das dificuldades para a locomoção até a escola e para conciliar as tarefas da lida do campo e as aulas. A conversa culminou com a certeza unânime de que política – entendida como falar de racismo, do direito a estudar em condições dignas, das lutas contra a discriminação de gênero, contra a intolerância religiosa – é certamente assunto para a Escola. Ao final, empolgados com a conversa, fomos “intimidados” a voltar – a contragosto – à tenda central para a socialização dos resultados.

Figura 2 – Mosaico de imagens (sentido horário a partir do canto superior esquerdo): mesa de abertura; apresentação de samba de roda de crianças das escolas da comunidade; cartaz de divulgação do evento; “Café com prosa”; obras de arte das crianças da Escola Vasco da Gama



Fonte: Fotografias da própria autora (2019).

Representantes dos seis grupos subiram ao palco e relataram suas conclusões e encaminhamentos. A Associação comprometeu-se a transcrever as falas, que serão transformadas em um documento base para a discussão do projeto político-pedagógico da escola (tudo também foi registrado em áudio por mim e disponibilizado à ACOMAQ).

Registro que uma ideia muito recorrente nas falas foi a importância da família na educação quilombola: “não se pode transferir para a escola a responsabilidade de aprender o que é quilombola, isso tem de ser passado para os filhos, para os netos”. Também a importância de trazer a Comunidade, principalmente os mais velhos, para as atividades da escola, compartilhando seus saberes (uma das propostas é a realização de uma horta no terreno da escola, com a participação da Comunidade, onde se poderá também aprender a lida com “as

coisas da roça”). Destaco a grande preocupação de envolver os mais jovens nas lutas quilombolas, passando o bastão do “grupo dos anos 70, Eduardo, Cassiano, Tia Bízua...”, os “guardiões da lagoa”, com suas histórias de luta pela terra, pela lagoa, pela associação e pelo reconhecimento quilombola.

Ressalto também a dificuldade de tratar do tema da intolerância religiosa e do racismo. A nossa experiência na Incubadora com o “Sabores do Quilombo” já nos fez ver como as disputas de fundo religioso estão presentes na Comunidade, especialmente em razão da forte presença das igrejas neopentecostais. Os limites entre discriminação racial e intolerância contra as religiões afro-brasileiras é muito tênue, sendo essa uma questão de difícil abordagem e provocadora de muita tensão. A coordenadora do grupo que discutiu “como falar de intolerância religiosa” identificou-se, na sua manifestação, como professora e evangélica, e fez referência aos orixás como mitos, mostrando cartões com figuras representativas, ao lado de “Thor, o deus do trovão”, da “Medusa” e outros mitos estrangeiros. Na sua fala, no entanto, o deus cristão, não foi identificado como um “mito”. Já no grupo incumbido de discutir “o lugar do preconceito de cor e com a pessoa com deficiência na nossa vida e na nossa Escola”, considerando o relato da sua coordenadora, as discussões pareceram girar mais diretamente em torno das pessoas com deficiência. Mesmo que o “preconceito de cor” tenha aparecido transversalmente nas falas de todos os outros grupos, estranhei a falta de posicionamentos sobre esse tema no grupo cujo objetivo era tratar dele de maneira central. Isto me fez pensar sobre o quanto pode ser doído mexer nas feridas que são produzidas, por toda vida, e em todos os lugares, pela forma como a aparência física determina afetos, hierarquias e oportunidades.

Afinal, o elemento racial, na realidade brasileira, herdeira de um passado colonial, tem magnitude central na explicação das condições materiais de reprodução da vida dos não brancos. O pensamento de Aníbal Quijano – e o seu conceito de colonialidade do poder – mostra-se muito eloquente nesse momento porque o sociólogo peruano acentua a permanência da relação de dependência mantida entre a Europa¹² e a América Latina de um modo que vai muito além das relações de subserviência econômica (mas sem delas descuidar): sobretudo sob perspectiva epistemológica, os sentidos que ordenam a compreensão do mundo, das subjetividades, das relações, do conhecimento, do trabalho, mantêm-se regidos pela lógica

¹² Sendo que o que se constituiu inicialmente como “Europa” ganhou um âmbito maior que incluiu os Estados Unidos, por exemplo. Penso, por isso, que a ideia vaga de “ocidente” e “ocidentalismo” foi aos poucos assumindo um sentido substitutivo do signo “Europa”.

construída e disseminada, desde o início do século XVI, a partir da visão de mundo naturalizada pelos colonizadores europeus, e legitimada pela estratificação a partir da noção de *raça*:

O novo sistema de dominação social teve como elemento fundador a ideia de *raça*. Esta é a primeira categoria social da modernidade. [...] Foi um produto mental e social específico daquele processo de destruição de um mundo histórico e de estabelecimento de uma nova ordem, de um novo padrão de poder, e emergiu como um modo de naturalização das novas relações de poder impostas aos sobreviventes desse mundo em destruição: a ideia de que os dominados são o que são, não como vítimas de um conflito de poder, mas sim enquanto inferiores em sua natureza material e, por isso, em sua capacidade de produção histórico-cultural. [...] Desse modo, emergia todo um novo sistema de dominação social. Especificamente, o controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e de seus respectivos recursos e produtos, de agora em diante não estará só associado a, mas sim dependerá, antes de tudo, da classificação racial, já que o lugar, os papéis e as condutas nas relações sociais, e as imagens, estereótipos e símbolos, com relação a cada indivíduo ou cada grupo, em cada um daqueles âmbitos de existência social, estarão daí em diante incluídos ou vinculados ao lugar de cada um na classificação racial. (QUIJANO, 2005a, p. 17-19).

A importância que o sociólogo peruano dá, em suas análises, à correlação entre episteme, *raça* e trabalho é também especialmente adequada para entender a realidade da Comunidade de Lagoa Grande. O processo colonizatório forjou a incorporação das diferentes culturas a um único universo de valores – o Europeu –, a partir basicamente de três operações primordiais: 1) a expropriação das populações colonizadas dos aparatos culturais e naturais úteis ao desenvolvimento do capitalismo (de matérias-primas, técnicas de produção, formas artísticas etc.); 2) repressão das formas autônomas de produção de conhecimento dos povos colonizados, de “seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e objetivação da realidade”; 3) a imposição dos padrões culturais europeus aos colonizados, sobretudo no que se mostrou útil para a “reprodução da dominação, seja no campo da atividade material, tecnológica, como da subjetiva, especialmente religiosa” (QUIJANO, 2005, p. 120).

O Novembro Negro da Lagoa Grande constitui, claramente, um movimento no sentido contrário ao padrão da colonialidade do poder: estavam ali representados com tintas fortes, o orgulho do lugar, da comida, das formas de trabalhar e viver próprias daquela Comunidade, a insubmissão aos valores simbólicos importados de uma modo de vida branco, urbano e tido como “mais civilizado”, formas de expressão autônomas e altivas, a valorização das estratégias de sobrevivência e luta daquelas pessoas. Mas este é um movimento certamente árduo e doloroso, que enfrenta uma tensão constante com todo o contrário que está dentro de

cada um de nós – basta lembrar da criança que se alegrava com o braço esbranquiçado pelo arranhão, ou que se negava a colorir as pessoas de seus desenhos com a cor que traz na sua própria pele.

A tensão estabelece-se, de maneira ainda mais contundente, com a presença de valores religiosos que reproduzem o preconceito que acompanha o padrão simbólico descrito por Quijano – negritude e suas manifestações culturais e simbólicas (religião, música e outras manifestações artísticas, estética corporal, formas populares de tecnologia) – equivalem ao “atrasado”, “feio”, “demoníaco”, “perigoso”. Trata-se de um modo de ver e viver o mundo marcado por binarismos que expressam a correlação entre a presença (do colonizador) e a falta (do colonizado): civilizado/primitivo, cultura/barbárie, moderno/tradicional, capital/pré-capital, branco/não branco, sociedade moderna europeia/estado da natureza, ciência e razão/emoção e senso comum.

O Novembro Negro da Lagoa Grande, aos meus olhos, tem em si uma potência grandiloquente na luta contra esse estado de coisas. Para falar a dores viscerais como são as que resultam da desconformidade, do não reconhecimento – do desamor, afinal – a língua pela qual se falava dessas dores e de caminhos para suplantá-las foi exercitada nos dois dias do evento, através da música, da poesia, dos desenhos das crianças, das rodas de conversa com amigos e parentes, da comida, das lembranças da Lagoa destruída pela crueldade do “desenvolvimento”, pela certeza de que como aquele lugar, para aqueles que o habitam, não há outro igual no mundo. Só ela é capaz de mesclar-se ao discurso religioso, que toca aspectos tão ou mais viscerais (vida e morte, esperança, fé), tornando seus fiéis capazes de se imunizarem, criticamente, contra o que nele existe de “colonizador”. Em tempos de crescente individualismo, as igrejas permanecem sendo espaços importantes de encontro e apoio, ainda mais essenciais em Comunidades como aquela, marcadas pela falta de apoio do poder público, pela exploração do trabalho ou pela falta dele, pela dureza e incertezas causadas pelo clima semiárido, por perdas e carências.

Não é demais lembrar, aqui, do papel que a Igreja Católica, através do Padre Albertino, parece ter tido nos primórdios da organização da Comunidade, nos anos 1960. Política e religião sempre estiveram muito próximas na história das lutas populares no Brasil, especialmente no meio rural (SOUZA; MORAES; PITA, 2016). A forte presença do elemento religioso parece poder ser relacionada com “o quanto as experiências de luta da classe trabalhadora não são

nem fatalistas nem determinadas, uma vez que se confundem com as estratégias de defesa e significação da própria vida” (SOUZA; MORAES; PITA, 2016, p. 599). Desta forma,

se concebemos a história como processo permanente e contraditório da luta de classes, não se pode desnudar o caráter profundamente crítico destas narrativas dos oprimidos quando são captadas também pela religiosidade, em seu sentido moral, experiencial e vivo, quando estes possam aprofundar as lutas e embates no campo político e jurídico, acendendo a centelha de esperança num instante de perigo para evitar se transformar em instrumento da classe dominante. (SOUZA; MORAES; PITA, 2016, p. 597).

Permanece o desafio, no entanto, dos caminhos para a depuração, do discurso religioso, do que há nele também de cruel, alienante e autodestrutivo, para que dele se possam aproveitar os elementos que, de fato, fazem do fenômeno religioso algo tão potente e agregador. O Novembro Negro deu pistas, a meu ver, de que a emoção e a abertura provocada pela arte e pelo encontro festivo possam oferecer respostas importantes para essas questões. Quando a associada mencionou a estratégia da “dramatização”, em uma de nossas reuniões preparatórias, de forma intuitiva, apontava para essa potência que a arte assume no comunicar sem necessariamente “nomear”, deixando para o receptor da mensagem o espaço necessário à sua elaboração autônoma e à tradução a partir de seu vocabulário pessoal.

O difícil encontro entre o dizer e o fazer: em busca de novas formas de produzir conhecimento e transformação

As “tendas” pareceram a mim, desde o início, o “ponto alto” da festa. Se a intenção era falar da “educação escolar quilombola para além da escola”, a inserção de momentos para o pandeiro, o saber dos chás curativos, a beleza dos trançados dos cabelos ou a arte de fazer e manusear o pilão constituíram, exatamente, o saber “para além da escola” que a escola deve saber integrar ao seu fazer pedagógico. No entanto, a ênfase estética e espacial não foi pensada para essa parte da programação. As próprias tendas não chegaram a ser construídas, como havia sido previsto, com folhas de pindoba. Minha hipótese é que nessa aparente contradição é possível identificar o contraste entre o dito e o vivido nos discursos acadêmicos sobre a convivência entre os saberes populares e acadêmicos, com que lidamos com muita dificuldade – tanto nós, “os de fora”, quanto os que, sendo “de dentro”, trazem “de fora” a linguagem adquirida nas experiências de educação formal.

Está-se diante de desafio enorme, que tem contra si práticas que são incutidas tanto nos corpos e mentes que passam pelas Universidades, quanto nos que, mesmo sem por elas terem passado, percebem o valor da linguagem “científica” para fazer a terra produzir com menos esforço e risco, adentrar em prefeituras, cartórios, justiça, na própria universidade, ultrapassar barreiras de língua e burocráticas, para dar conta de compreender o que está no papel como garantia e quais são os caminhos para tirá-las de lá (ou entender porque eles foram mesmo pensados para nunca sair do papel e poder então lutar contra isso de maneira efetiva).

A tensão entre o pensado nos moldes “acadêmicos” e o vivido na Comunidade acompanhou, assim, todo o processo. De todo modo, aos meus olhos, o “vivido” acabou vencedor naquela silenciosa batalha: na força da música, do orgulho dos guardiões em ver suas histórias contadas nas entrevistas e na arte das crianças, na comida aconchegante, nos abraços carinhosos dos que se reviam, no pandeiro, nos turbantes, nos chás, no tempo que esqueceu o relógio.

Falar em “batalha”, no entanto, só faz sentido porque tomo o saber popular em disputa naquele espaço considerando suas desvantagens diante do mundo dito “civilizado”, “branco”, da ciência e da razão. Entendo que o que está em jogo não é o domínio de um sobre o outro, mas a construção de uma convivência que seja capaz de produzir um terceiro modo de vida, em que os saberes possam estar juntos, num movimento respeitoso que considere o papel e o sentido de cada um.

Esta é questão que permanece central nas metodologias científicas participativas e na extensão universitária de um modo geral. Por um lado, nelas está presente a possibilidade do estabelecimento de novas relações de poder, em que é grande o risco da Universidade assumir o papel de mais um dominador. E de se embevecer com essa condição. De nos trairmos, afinal, com o conforto de acreditar que, afinal, somos o lado que melhor tem condição de reconhecer “o certo” e “o errado”, os bons e os maus caminhos, de sermos “críticos”. E, assim, mesmo de forma inconsciente, alimentarmos a dependência das trabalhadoras e trabalhadores em relação ao nosso conhecimento e recursos, de que se tornariam meros “clientes”.

A prática de pesquisa desenvolvida junto às companheiras e companheiros da Incubadora está sempre a se defrontar com os limites entre o modo como desejamos fazer pesquisa e aquele a que estamos condicionados pelas lições que aprendemos, pelos exemplos que temos, pelas

imposições a que temos de nos sujeitar, por nossa própria parcela de alienação e nossa carência de atenção e reconhecimento. É o que também parece acontecer na Lagoa Grande, nas relações que se constroem entre os saberes da Comunidade e aqueles conhecimentos moldados racionalmente nos bancos acadêmicos e trazidos pelos que lá tiveram e retornam para engrossar as lutas tão necessárias.

Cheguei em casa no sábado à noite com as ideias fervilhando na cabeça, tocada e emocionada por momentos tão densamente felizes, tão cheios daquela esperança que os tempos sombrios por que passa a vida política brasileira nos teima em roubar. Saltei da cama antes das seis da manhã do domingo, com vontade de gravar o que me passava pela cabeça, e eis o texto que agora é publicado. Antes disso ele foi lido em voz alta por mim em uma reunião da ACOMAQ para avaliação do evento (realizada na Comunidade, em 25 de janeiro de 2019). Lembro a reação de João “Teiú” da Silva, o atual vice-presidente da Associação: “eu vou confessar a vocês, a gente sem dinheiro, eu era contra fazer essa festa [...] mas eu digo que só agora, depois de ouvir, eu entendi o valor [...]”. Cassiano arrematou: “pois agora a gente vai trazer de volta as nossas festas tudo!” (registro, com alegria, que a decisão está sendo levada a sério: as comemorações do “Sábado de Aleluia”, com “queima do judas”, “bumba meu boi” e “leilão” foram realizadas pela Associação em abril de 2019, após longo período de esquecimento¹³).

O balanço final que faço da experiência resulta num saldo muito positivo: o espaço foi preenchido com muita gente, vivamente presente, velhos e crianças, gente de fora também; a alegria do encontro impregnou as falas e as conclusões, tornando-as mais potentes e apontando para as lutas futuras que serão tão necessárias; os trabalhos certamente resultarão em elementos poderosos para a construção do projeto político-pedagógico da nova Escola Quilombola, tendo sido produzido um farto material para isso, garantindo-se a sua transcrição com os recursos disponíveis e os compromissos assumidos e alimentando-se da energia necessária para as batalhas que se anunciam cada vez mais difíceis.

¹³ Notícia disponível em <http://incubadorauefs.blogspot.com/2019/04/queima-do-judas-na-comunidade.html>.

Figura 3 – Mosaico de imagens (sentido horário a partir do canto superior esquerdo): José Cassiano tocando prato; Grupo de Discussão “Política é assunto prá Escola”; Tenda do “Chá das Senhoras”; Samba de Roda; Sabores do Quilombo na Tenda “Tranças e Turbantes”



Fonte: Fotografias da própria autora (2019)

Nesse ponto lembro que assumi, ao longo dos acontecimentos, o cargo de “fotógrafa oficial do Novembro Negro” – com indisfarçada alegria. Isso garantiu que “professora” e “doutora” fossem definitivamente esquecidas, e eu pudesse ser mesmo a “Flávia” que sou, que era gritada carinhosamente sempre que um registro era necessário. Acho que o processo derrubou muitas casquinhas dos muros que nos afastam, incomodam e envergonham a todos. Viver num país tão desigual, e ocupar o lugar do privilégio, também não é fácil. Envergonha, nos enche de uma culpa que, inevitavelmente, tenho que carregar, por mais que tente lutar contra o que me envergonha – sempre sem saber exatamente como e se estou fazendo o melhor.

O objetivo desse texto foi, assim, compartilhar tais limitações e desafios, contribuindo para a reflexão coletiva sobre o fazer científico diante das exigências de transformação, que clama um mundo cada vez mais inadequado à vida humana. Ainda sem respostas, nossas perguntas vão sendo formuladas no artesanato de cada processo – do que foi exemplo a bela e vibrante experiência do Novembro Negro da Comunidade Quilombola da Lagoa Grande – e na lida e nas lutas de trabalhadores e trabalhadoras que, muito mais que sobreviver, miram o bem viver.

Referências

BRANDÃO, C. R. A participação da pesquisa no trabalho popular. *In*: BRANDÃO, C. R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 223-252.

FREITAS, A. L. B. **Entre a fé e a política**: trajetória de agentes pastorais católicos progressistas em Feira de Santana (1980-2000). *In*: JORNADAS SOBRE ALTERNATIVAS RELIGIOSAS EN AMÉRICA LATINA, 16., 2011, Punta del Este.

HOLLOWAY, J. **Fissurar o Capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

IEPS – INCUBADORA DE INICIATIVAS DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA DA UEFS. **Carta de Princípios**. Feira de Santana, 2011. Disponível em: <http://incubadorauefs.blogspot.com.br/p/carta-de-principios.html>. Acesso em: 5 mar. 2019

QUIJANO, A. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. **Estudos Avançados**: Dossiê América Latina, São Paulo, v. 19, n. 55, set./dez. 2005a. Doi: 10.1590/S0103-40142005000300002.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142. (Colección Sur Sur).

SOMBRA, L. Identidade dos sujeitos: linguagem, constituição de sentido e valor. **Revista Sísifo**, n. 1, v. 1, 2015. Disponível em: http://www.revistasisifo.com/2015/05/identidade-dos-sujeitos-linguagem_2.html. Acesso em: 3 mar. 2015

SOUZA, M. J. A.; MORAIS, H. B.; PITA, F. A. “Tudo é descrença e fé”: religiosidade e experiência nos conflitos agrários. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 6., 2016, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Aninter, 2016. v. 1. p. 585-599.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. *In*: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.

TV OLHOS D'ÁGUA. **Iniciativas empoderam comunidade quilombola**. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZLa14NiS7cM>. Acesso em: 3 mar. 2019.

UEFS – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. PIBID Interdisciplinar – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. **Os guardiões da Lagoa**. Documentário. Direção Adriana Pedreira de Souza. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Z_xr3JTQzyg. Acesso em: 3 mar. 2019.

Submetido em 8 de abril de 2019.

Aprovado em 24 de abril de 2019.